



Londrina, 24 de abril de 2019.

Prezados Senhores

Governador do Paraná, Secretário de Agricultura, SEAB e Presidente da ADAPAR.

**RESUMO DOS TRABALHOS E OFÍCIOS PROTOCOLADOS JUNTO ÀS
AUTORIDADES DO PARANÁ DE 2015 A 2019.**

REF. OFÍCIO DIR/P 036/2015.

A Sociedade Rural do Paraná e a Sociedade Rural de Maringá acabam de patrocinar mais um estudo a respeito do Paraná ser livre de aftosa sem vacinação. Nós da SRP começamos a debater entre seus associados e produtores em 2012 e dia 23.04.2015 protocolamos a nossa primeira manifestação junto à SEAB e ADAPAR em Curitiba, conforme Ofício DIR/P 036/2015, assim pela ordem, salvamos as principais considerações dos debates e ofícios protocolados a respeito:

REF: Ofício DIR/P 036/2015 – SRP Considerações a Respeito do Paraná Livre de AFTOSA sem Vacinação:

- A Sociedade Rural do Paraná mantém a posição aprovada em reuniões dos seus associados desde 10/12/12. Somos a favor de o Paraná ser livre de Aftosa sem vacinação desde que APROVADO em BLOCO, preferencialmente junto com os estados do RS, SC (já é) SP e MS, respeitando o protocolo de cada estado e sua independência.
- A Sociedade Rural do Paraná em abril de 2015, durante a expo londrina, juntamente com outras inúmeras Sociedades Rurais, Associações e Núcleos de Raças, Criadores, Invernistas, entidades representativas e da indústria de carnes concordam em manter o atual Status de estado livre de aftosa com vacinação ou sem vacinação se for em BLOCO. Todos se preocupam com o alto risco que podemos correr com o surgimento de foco de aftosa no Paraná, dado a complexidade no controle das nossas fronteiras e também pelos seus efeitos comerciais relativos.
- Defendemos também que as autoridades paranaenses devem tentar negociar com outros estados e união, um valor de ICM reduzido para transportes interestaduais de bezerros (as), bois e vacas magras, destinados a recria ou terminação fora do seu estado de origem, possibilitando assim criadores paranaenses que possuem propriedades em outros estados vizinhos trazerem seus animais para serem engordados no Paraná. As terras do Paraná possuem alto valor comercial e manter vacas para cria é pouco rentável e também temos bom clima e chuva o ano todo, com culturas de inverno, possibilitando a recria ou terminação, que contribuiriam com o projeto de integração lavoura –



pecuária. Já falamos com o Deputado Federal e grande tributarista Luiz Carlos Hauly, ele defende inclusive que o imposto poderia ser em torno de 4% para todos os estados.

- Ponderamos também que as atividades de criação de peixes, aves, suínos, bovinos de leite e confinamentos dependem muito de ração a base de proteínas de grãos, principalmente da soja – farelo e milho, ficando vulneráveis os seus resultados e viabilidade econômica. Podemos citar como exemplo o ano de 2012 quando produtores de suínos matavam suas matrizes magras porque não compensava engordá-las, o preço médio do kg da carne de suíno no Paraná estava a R\$ 1,93, o preço do milho R\$ 23,50/sc e a soja a R\$ 60,00/sc, prejudicando muito os produtores. O confinamento de bovinos no Paraná nunca prosperou devido ao custo da ração, apesar de termos resíduos e bagaço de cana.
- Recebemos informações de Santa Catarina que o resultado econômico aos criadores de gado de corte não justificou o Status e afirmaram que entram reprodutores bovinos PO ilegalmente nas fronteiras. A inseminação Artificial no gado de corte no Brasil ainda não passou dos 10%, portanto 90% das matrizes dependem de reprodutores de alto valor genético, muitas vezes produzidos em outros estados. O estado de SC é privilegiado por ser vizinho do RS e PR que vacinam e não possui fronteira com outros países.
- Consultor de mercado internacional nos informou que o fato da Rússia ou outros países estarem dando preferência na compra de carnes suína do Brasil no momento, não garante mercado no futuro, eles poderão se tornar mais independentes de importações e o Brasil pode não conquistar permanentemente esta garantia de mercado, de nenhuma carne.
- A Sociedade Rural do Paraná, promotora da maior exposição agropecuária do Brasil, A EXPOLONDRINA, onde contabiliza a participação de aproximadamente 50 raças distintas, incluindo Bovinos das raças Zebuínas, Européias, Britânicas, Leiteiras, elite e de corte, Ovinos, Caprinos, suínos, Equinos, asininos entre outras, totalizando 10.000 animais, ao longo dos anos constatamos que 70% dos animais de elite que participam da exposição são de expositores do RS, SP, MG, RJ, MS e outros.
- Avaliamos que até o emprego no segmento da indústria frigorífica poderá ser comprometido com a entrada de carne processada de outros estados.
- A avaliação que o bezerro poderá ficar mais valorizado, o que seria bom aos criadores e ruim aos invernistas, pois, se o valor da arroba subir, o que não acreditamos porque os grandes frigoríficos poderão mandar carne ao Paraná, e se subir será ruim ao consumidor final.



- A justificativa que os criadores estariam economizando o que gastariam anualmente com vacinas é muito pouco se comparado com o risco de um foco de aftosa no estado. Vale citar o exemplo do Governo Federal que apesar de não existir mais casos de POLIOMIELITE (Paralisia Infantil) no Brasil ele continua exigindo a vacinação como garantia à população.
- Outra justificativa de que os gastos de implantação e manutenção da fiscalização nas fronteiras **serão custeados com ajuda da indústria de carnes de suínos, não nos parece simpática**, pois entendemos que o Estado, a ADAPAR e SEAB, precisam de total independência e estar alheios a interesses comerciais de determinado grupo.
- Entendemos que estamos vivendo na era do mundo globalizado, precisamos abrir mercados e facilitar os negócios, restringir mercado com imposições de barreiras pode não ser uma decisão acertada.

Moacir Norberto Sgarioni
Diretor Presidente

Octávio Cesário Pereira Neto
Diretor Vice-Presidente

C/Cópia para Sociedades Rurais do Paraná, Associações e Núcleos de Raças, Entidades afins e Demais autoridades do Setor.

Londrina, 13 de julho de 2015.

REF. OFÍCIO DIR/P 044/2015 SRP

Ilmo. Senhor Deonilson Roldo
Secretário Especial Chefe de Gabinete do Governador

Senhor Secretário.

Agradecemos a sua atenção e do Governador retornando com o vosso procedimento interno a respeito do Relatório sobre o Paraná livre de aftosa sem vacinação, produzido até a Audiência Publica na AL, **dia 01/06/15.**

Encaminhamos um novo relatório com novos fatos relevantes e mais de 35 entidades nominadas, entre as quais, várias Associações Brasileiras, com preocupação, inclusive, da Sociedade Rural da Argentina e Ministério da Agricultura do Uruguai. Portanto, não se trata de entendimento comum entre todos os produtores e agroindústria do Paraná, conforme afirmado pelo Secretário da Agricultura.

Já fomos considerados pela SEAB – ADAPAR de “meia dúzia de contras”, e agora, pelo Secretário Norberto Ortigara, de minoritários. Informamos que estamos cumprindo o nosso dever de debater uma matéria de suma importância para o setor e



entendemos que a Sociedade Rural do Paraná, Sociedade Rural de Maringá, ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebú, ACNB – Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, Associação Brasileira de Criadores de Angus e tantas outras entidades de destaque, são merecedoras de respeito e possuem crédito pelos seus relevantes trabalhos de importações, exportações e melhoramento genético dos rebanhos do Paraná e nacional. É natural a preocupação, pois se eventual decisão do Governo não for bem sucedida poderá prejudicar produtores e todo segmento.

A Sociedade Rural do Paraná tem demonstrado que é simpática às parceiras com o Governo Beto Richa e espera que essas divergências não comprometam o bom relacionamento.

Cordialmente.

Moacir Norberto Sgarioni
Diretor Presidente

Wanderley Batista da Silva
Diretor Secretário

C/Cópia ao Exmo. Governador Carlos Alberto Richa, SEAB - Secretário de Agricultura Norberto Anacleto Ortigara e ADAPAR - Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná – Dr. Inácio Afonso Kroetz.

Relatório anexo ao OFÍCIO DIR/P 044/2015 da Sociedade Rural do Paraná e demais entidades ao final nominadas referente o Paraná Livre de AFTOSA Sem Vacinação.

- A Sociedade Rural do Paraná ratifica a posição aprovada em reuniões com os seus associados desde 10/12/12 e as demais entidades ao final nominadas, após reuniões conjuntas, mantêm a mesma posição “A FAVOR DE QUE O PARANÁ SEJA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO DESDE QUE OCORRA DE FORMA SIMULTANEA”, com os Estados do RS, SP, MS e SC que já é. Vale destacar que os estados de SP, MG e MT estão sem aftosa a mais de 30 anos, porque não trabalharmos junto ao Ministério da Agricultura para que todos busquem a não vacinação simultaneamente, respeitando a individualidade de protocolo.
- A SRP por ocasião da realização da EXPO LONDRINA, em abril de 2015, ouvindo outras inúmeras Sociedades Rurais, Associações e Núcleos de Raças, Selecionadores, Criadores, Invernistas, entidades representativas e da indústria de carnes concordam em manter o atual STATUS de estado livre de aftosa COM vacinação ou sem vacinação se for com outros estados vizinhos.
- Recebemos informações de Santa Catarina que o resultado econômico aos criadores de gado de corte não justificou o Status e afirmaram que existe suspeita de entrada de reprodutores bovinos PO ilegalmente nas fronteiras. A



inseminação Artificial no rebanho de corte no Brasil ainda não passou dos 10%, portanto 90% das matrizes dependem de reprodutores de alto valor genético, muitas vezes produzidos em outros estados.

- O Rio Grande do Sul já conquistou o Status LIVRE SEM VACINAÇÃO anos anteriores e **após surgir novamente foco de aftosa em 2002**, na cidade de Jóia, voltaram a estado livre de aftosa COM vacinação, falamos com destacados criadores, associações e técnicos a respeito, o que se confirmou.
- Consultor de mercado internacional nos informou que o fato da Rússia ou outros países estarem dando preferência na compra de carnes suína do Brasil no momento, não garante mercado futuro, eles poderão se tornar mais independentes de importações e o Brasil não conquistará permanentemente esta garantia de mercado, de nenhuma carne.
- Atualmente os EUA estão abrindo mercado de importação de carne brasileira das regiões declaradas como Livre de Aftosa com Vacinação, bem como animais vivos para recria e engorda oriundos do México. É o interesse comercial mundial abrindo fronteiras.
- Nenhum segmento deverá prosperar em detrimento de outros, com isto propomos a formação de um grupo de trabalho com entidades governamentais em conjunto com a iniciativa privada para melhor avaliar os prós e contras da mudança de status.
- Avaliamos que até o emprego no segmento da indústria frigorífica da carne bovina poderá ser comprometido com a entrada de carne processada de outros Estados, e provável queda no numero de animais para abate comprometendo a capacidade operacional das indústrias.
- A avaliação que o bezerro poderá ficar mais valorizado, o que seria bom aos criadores, mas ruim aos invernistas se o valor da arroba não compensar o custo de reposição, e se o valor da arroba subir muito teria um custo final alto, o que não seria bom aos consumidores do Paraná, o que não acreditamos porque os grandes frigoríficos poderão mandar a carne de outros estados.
- A justificativa que os criadores estariam economizando o que gastariam anualmente com vacinas contra aftosa é muito pouco se comparado com o risco de um foco de aftosa no estado. Vale citar o exemplo do Governo Federal que apesar de não existir mais casos de POLIOMIELITE (Paralisia Infantil) no Brasil ele continua exigindo a vacinação como garantia à população.
- Outra justificativa de que os gastos de implantação e manutenção da fiscalização nas fronteiras que deverá custar ao Estado uns R\$ 400 milhões anualmente, serão, em parte, **custeados com ajuda da indústria de carnes de**



suínos, não nos parece simpática, pois entendemos que o Estado, ADAPAR e SEAB, precisam de total independência e estar alheios a interesses comerciais.

- O Paraná possui ótimo clima, chuvas bem distribuídas o ano todo, boa topografia e terras férteis, assim a criação de bovinos de corte em nosso estado concorre com a alta produção de grãos em duas safras anuais, com a produção de cana, mandioca, laranja e os reflorestamentos, aqui temos as maiores indústrias de papel e celulose do mundo. É antigo este conceito, onde se produz grãos (Agricultura), a pecuária de corte não compete.
- Dia 30.03.15 na reunião do CONESA em Curitiba o presidente Moacir Sgarioni da SRP se manifestou defendendo a posição da sua entidade a respeito.
- Dia 24.04.15 em reuniões com Dr. Inácio Afonso Kroetz e Norberto Anacleto Ortigara, na sede da ADAPAR e SEAB em Curitiba, fomos informados que animais de outros estados destinados às exposições do Paraná ou PO para reprodução com registro oficial podem entrar no estado utilizando a regra de exceção que o Ministério da Agricultura vai formalizar. Questionamos o Dr. Inácio e como exemplo informamos que temos sócios da SRP com fazenda no MS, selecionador a mais de 20 anos, cria nelore e participa de exposições, vende reprodutores para outros estados e também cria nelore sem registro da ABCZ, os rebanhos dele PO e comum são 100% **rastreados** oficialmente pelo MAPA, como e porque estariam recebendo tratamento sanitário diferente?
- Dia 01.05.15 a BeefPoint divulgou matéria que também foi reproduzida pela Folha de São Paulo a respeito do relatório de Monitoramento Sorológico do Ministério da Agricultura para avaliação da eficiência da vacinação realizada em 2014 contra febre aftosa na zona livre da doença com vacinação, realizado em vários estados brasileiros, constatando que o **Paraná encontra-se com taxa inferior a 80% de imunidade**, portanto **inadequado** de imunidade do rebanho, principalmente em regiões próxima da fronteira.
- Dia 05/05/15 o **Jornal El Pais Digital do Uruguai** publicou nota e a Equipe BeefPoint reproduziu a preocupação do Diretor do Ministério da Agricultura (MGAPU) SR. Francisco Muzio do Uruguai, afirmando que não tem pensado a curto prazo de deixar de vacinar o seu rebanho contra aftosa. O Uruguai não pode descansar no que se refere às melhoras sanitárias que mostra a região. De acordo com a (OIE), o total de bovinos livres de febre aftosa sem vacinação é pouco mais de 4,0% e 90% do rebanho sul-americano é livre com vacinação.
- Dia 08.05.15 durante a EXPOINGÁ em Maringá realizamos reunião conjunta de Sociedades Rurais e entidades afins pactuando com as posições manifestadas pela Sociedade Rural do Paraná.



- Dia 11.05.15 convocados pelo Deputado Anibelli Neto participamos de Audiência Pública no Plenarinho da Assembléia Legislativa em Curitiba onde defendemos e divulgamos a posição conjunta das entidades.
- Dia 15.05.15 durante a EXPOINGA em Maringá, na sede da SRM, tivemos reunião com o Secretário de Agricultura do Paraná Norberto Ortigara, manifestamos nossa preocupação e opinião a respeito, defendemos melhor entendimento de toda a cadeia produtiva e comercial referente o assunto e **sugerimos prorrogar o prazo dos procedimentos junto ao Ministério da Agricultura.**
- Dia 19.05.15 por ocasião da visita do primeiro-ministro da China ao Brasil LI KEQIANG foram assinados 35 acordos, denominados de Protocolo de Requisito de Saúde e Quarentena, e retirado o EMBARGO À CARNE BRASILEIRA. Foi liberado o embargo a Big Frango com Frigorífico em Rolândia PR para carne de frangos e outros 8 Frigoríficos foram habilitados a exportar carne bovina ao país asiático. Em audiência com a Ministra Kátia Abreu o Ministro chinês da Administração de Inspeção de Qualidade e Quarentena, Zhu Shuping assinou o documento e em junho mais 17 frigoríficos serão liberados pelo governo chinês. É o mercado brasileiro abrindo fronteiras.
- Dia 20.05.15 a Revista DBO publicou em sua página 16, matéria que o rebanho bovino do estado de São Paulo **reduziu em 25,1% nos últimos 10 anos**, caindo de 13,7 milhões de cabeças para 10,3. Já havíamos questionado a ADAPAR a respeito do rebanho do Paraná que vem divulgando praticamente o mesmo total de animais desde 1990, ou seja, em 1990 era 8.700.000 milhões de cabeças de Bovinos/Bubalinos, ano 2000 = 9.711.000, ano 2005 = 10.194.000, ano 2010 9.439.000 e em 2014 **9.411.000 milhões de cabeças**, considerando os bovinos de leite, se aplicarmos a redução do estado de SP nos últimos 10 anos de 25,1% teríamos **7.048.839** menos o gado de leite que representa aproximadamente 30%, devemos ter **5 milhões** de bovinos de corte no Paraná, representando apenas **2,5% do rebanho nacional** e abaixo da necessidade de consumo dos 11 milhões de paranaenses.
- Dia 27.05.15 na página 4 do informativo ABRAFRIGO NEWS reproduziram entrevista concedida pelo Dr. Décio Coutinho, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA à revista DBO afirmando que o desejo do Ministério da Agricultura no processo de obtenção do status de livre de aftosa sem vacinação **não se dará de forma isolada**. Disse que o Brasil cumprirá rigorosamente as etapas já previstas do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa. Quando chegar a hora **vamos discutir esse plano com as 27 unidades da federação e com o setor privado para definir o que for melhor para o País. Posso adiantar que o processo não se dará de forma isolada, por estado, sentenciou Coutinho.**



- Dia 08/06/15 matéria da **Sociedade Rural Argentina** e reproduzida pela Equipe BeefPoint adverte sobre a suspensão da vacinação contra aftosa na região. A intenção de vários estados brasileiros de deixar de vacinar seu gado contra aftosa acendeu luzes de alarme entre os **produtores e frigoríficos da Argentina**. Em assembléia da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o presidente da (SRA), Luis Miguel Etchevehere, admitiu que a suspensão da vacinação ocasionaria um impacto negativo no desenvolvimento econômico e social da região. A iniciativa, que faz parte do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Phefa) da Organização Panamericana de Saúde (OPS) para o ano de **2020**, poderia repetir o que **aconteceu na Argentina** quando, **em 2000, declarou-se livre** de aftosa sem vacinação e, poucos meses depois, **a doença foi reintroduzida**. “A eventual suspensão do uso da vacina como ferramenta de controle da febre aftosa deve ser avaliada científica e criteriosamente diante do risco de reintrodução da doença”
- Dia 17.06.15 o FMC – Forum Mercosul de Carne declarou que ratifica a necessidade de contar com um programa de erradicação da febre aftosa de caráter **SUPRANACIONAL por se tratar de uma doença TRANSFRONTEIRIÇA que requer a aplicação de medidas harmonizadas e coordenadas entre os países da região**. Declarou também que rechaça toda decisão nacional ou sub nacional (no caso o Paraná isoladamente) de parar com a vacinação contra a febre aftosa que não esteja devidamente fundamentada e **cujo impacto não seja avaliado mediante uma análise de risco regional**.
- Dia 18/06/15 na Revista Dinheiro Rural Páginas 48/51 traz reportagem confirmando o que já havíamos adiantado que a SUINOCULTURA está abrindo fronteiras e destacados empresários chegaram ao Mato Grosso, em Lucas do Rio Verde e Tapurah em busca de alimentos e custos mais barato que SC e PR. Tapurah sozinha já produz 48.000 toneladas por ano e quer se tornar o maior produtor brasileiro. A Indústria BRF Alimentos construiu sua unidade em Lucas do Rio Verde em 2007 e a previsão das indústrias e de produtores é das melhores possíveis em crescimento e resultados.
- Dia 29/06/15 o Ministério da Agricultura informou confirmando que 13 estados e o Distrito federal podem se **HABILITAR** a exportar carne bovina in natura para os Estados Unidos, são eles TO, BA, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RS, RJ, SE e DF. Estão livres de febre aftosa com vacinação. A expectativa é de que em cinco anos o Brasil esteja exportando 100 mil toneladas de carne bovina para os Estados Unidos. O USDA deve publicar nestes dias comunicados oficial no qual reconhece o status sanitário do rebanho bovino brasileiro, o Final Rule, necessário para a importação de carne in natura do Brasil. Atualmente, o Brasil exporta apenas carne processada (ou industrializada) para o mercado americano.
- Com todo respeito ao Sr. Frans Borg da Castrolanda, discordamos quando ele afirma que ocorreu aftosa em propriedades no norte do Paraná em 2005. Foi o



Governo do Paraná que lamentavelmente se precipitou com declarações equivocadas na época e depois tentou comprovar a existência da doença, causando milhões de prejuízo a produtores paranaenses. Em 2012 também tivemos o caso da VACA LOUCA em uma vaca velha de leite em Sertanópolis, fato Patológico, Suspeita?

- O Sr. Agide Meneghette declarou na página 9 da revista 1302 da FAEP do mês de maio dizendo “sabemos que não podemos competir com outros Estados em relação a tamanho de área e rebanho, por isso temos que buscar diferenciais de produção e parcerias em novas tecnologias” Aí perguntamos, porque ele que já comprou e arrendou milhares de hectares de terras no Paraná, muitas antes ocupadas com pastagem, não explora com a pecuária de alto rendimento conforme suas recomendações? Respondemos, porque como já dissemos o lucro com pecuária é inferior com o da cana e de outras culturas agrícolas.

Assina o presente relatório a Sociedade Rural do Paraná, a Sociedade Rural de Maringá e demais entidades ao final nominadas, fruto de **Reuniões em Londrina, Maringá e Curitiba realizadas entre 10.12.12 a 03.07.15.**

Londrina, 17 de Maio de 2016.

Ofício DIR/P 054/2016

À

SEAB - Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná
Sr. Norberto Anacleto Ortigara

C/C

ADAPAR – Agencia de Defesa Agropecuária do Paraná
Ao Exmo. Senhor Governador Carlos Alberto Richa e

REF: Relatório Paraná Livre de Aftosa SEM VACINAÇÃO – VAMOS DEBATER?

Senhor Secretário e Governador do Paraná.

A Sociedade Rural do Paraná, após receber relatório final dos serviços contratados pelas Associações e Núcleos de Raças junto ao CEPEA, se manifesta ao Governador, SEAB e ADAPAR, com o relatório abaixo resumido sobre os riscos e possíveis vantagens do Paraná parar de vacinar seus rebanhos contra a Febre Aftosa.

Solicitamos aos senhores e demais autoridades competentes, a compreensão sobre as nossas preocupações, assim como respeitamos suas ponderações e sugerimos prosseguirmos com os debates buscando um consenso a respeito. Entendemos que



esta iniciativa deve ser uma política da união, o MAPA, como já vem sendo considerada pelo Governo Federal, buscando unificar um bloco, no mínimo com os estados do MT, GO, MG, SP, PR, SC e RS juntos.

Os trabalhos foram apresentados pelo Médico Veterinário **AMAURI A. ALFIERI**, Mestre em Virologia, Doutor em Biologia e Professor de Virologia e de Doenças Infecciosas da UEL e do CEPEA, liderado pelo **Dr. SERGIO DE ZEN** com Mestrado em Ciências e Professor Doutor da USP e da ESALQ-USP, a Sociedade Rural do Paraná, com parecer do seu Conselho Técnico e Superior e aprovado em seu quadro de sócios, juntamente com outras 35 entidades já nominadas, produz este relatório resumo com o firme propósito de colaborar com o processo do Paraná buscar o status de livre de AFTOSA sem vacinação.

A) POR DR. AMAURÍ A. ALFIERI – Fórum “Vamos Debater?”

- O Professor Amauri A. Alfieri, em sua palestra dia 17.07.15 no Fórum “**Vamos Debater**”, em Maringá, admite que em fase avançada no controle da Aftosa é recomendada à retirada da vacinação, evitando assim mascarar a presença do vírus nos rebanhos, por isso o Status de livre de aftosa sem vacinação é tão almejado.
- O Professor também adverte que **parar de vacinar** abre um **grande risco**, pois o rebanho em pouco tempo tornar-se-á mais suscetível à forma clínica da infecção. Afirma que a vacinação não é a única ferramenta de controle da doença.
- Conforme já havíamos denunciado, relata sobre a preocupação e dificuldade de vigilância das nossas fronteiras com os países Argentina e Uruguai e com os estados de SP e MS, que somam 2.360 km, 23 postos de fiscalização permanente lém dos Portos, Aeroportos, e a necessária racionalização no transporte de animais vivos e **constante monitoramento de animais silvestres**. Aí perguntamos quanto custará anualmente ao estado do Paraná um programa de vigilância eficiente? Provavelmente uns R\$ 400 milhões por ano. Mencionamos também **levar em consideração a possibilidade de greve dos servidores fiscais** nos postos de fronteiras ou nas itinerantes. O Estado é perene, mas os governantes são passageiros, com possíveis mudanças de entendimento futuro sobre a matéria.
- O vírus da febre **aftosa é um PROBLEMA**, a doença ocorre de forma aguda e, com isso, a transmissão para animais suscetíveis é facilitada tanto pelas formas de alimentação do vírus no ambiente quanto pela quantidade de vírus eliminada. O último foco de febre aftosa ocorrido na Grã-Bretanha em 2001 foi ocasionado por um vírus que entrou no território inglês **por meio de um tipo de embutido (lingüiça) trazido por um imigrante Indiano** que passou pela inspeção aeroportuária da Inglaterra sem ser incomodado. Portanto **são grandes os riscos** também com carnes cruas ou processadas.



- Na América do Sul o vírus foi identificado pela última vez em 2012 no Paraguai e o último surto no Brasil ocorreu em 2005 no Mato Grosso do Sul. Portanto é muito recente. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso estão sem ocorrência de aftosa há 20 anos, com eles juntos o Governo Federal poderia formar um grande bloco regional neste processo de parar de vacinar. Entendemos e defendemos que este programa seja uma política da união – MAPA - e não só do Paraná.
- Pelas razões apresentadas pelo Professor Amauri e levando em consideração o ressurgimento da Aftosa no Rio Grande do Sul em 2001, apenas dois anos após terem parado de vacinar, as 35 entidades nominadas no relatório apresentado pela Sociedade Rural do Paraná ao Governo do Paraná, e por diversas outras instituições internacionais da América do Sul, **defendem a continuação da vacinação** até chegarmos a um consenso sobre as vantagens e seus riscos.

B) Trabalho realizado pelo CEPEA – ESALQ em Palestra Dr. Sergio de Zen:

- Dia 24.09.15 recebemos a maior parte dos Módulos do trabalho contratado: dia 18.11.15 foi apresentado em reunião convocada e liderada pela Sociedade Rural de Maringá e dia 18.02.16 foi finalizado e entregue pela equipe do CEPEA liderado pelo Dr. Sergio de Zen da ESALQ de Piracicaba, o trabalho a respeito dos **RISCOS e OPORTUNIDADES** do Paraná parar de vacinar contra febre aftosa, e a **Sociedade Rural do Paraná**, com apoio do seu Conselho Técnico se manifesta:
- O relatório aponta a Pecuária do Paraná como altamente relevante ao país, pois é o maior produtor de carne de frango, representando 30% do total nacional; o terceiro em carne suína, possuindo mais de 105.000 produtores; o terceiro na produção de leite, possuindo 110 mil produtores, sendo 86% de pequenos. Na pecuária de corte bovina foi o nono, representando apenas 4,3% da produção nacional, não sendo autossuficiente para o seu consumo interno, e como exportador em torno de 1,8%, dados de 2013 e 2014.
- A OIE divulgou dia 20.07.15 as novas regras rígidas para estabelecer um país livre onde a vacinação é praticada quanto em países com regiões infectadas. Os animais deverão ser protegidos através de medidas de biossegurança que consideram barreiras físicas ou geográficas na delimitação destas áreas, e medidas como zonas de proteção podem ser utilizadas para isolamento das demais regiões do país e de países vizinhos infectados.
- O Paraná deverá enviar a OIE uma declaração que evidencie o interesse em estabelecer uma área livre da FA sem vacinação, comprovando que não houve casos da doença nos últimos 12 meses e **que a vacinação não foi praticada nos últimos 12 meses e demonstrar que o estado possui sistemas de vigilância nos padrões da OIE entre outros.**



- A febre aftosa está no Brasil desde 1.895 e foi detectada no triângulo mineiro. Em 1.992 foi criado o PNEFA, Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. A partir de 1.996, o enfoque de regionalização foi reforçado com base no risco de transmissão da febre aftosa e no controle dos tipos de vírus encontrados. Em consequência do surto de aftosa em 2005 no MS, em 2007 o MAPA aprovou novas diretrizes do PNEFA (in 44). A febre aftosa é uma doença altamente contagiosa causada por um vírus que afeta animais biungulados e, sob circunstâncias especiais, pode também atingir humanos.
- Atualmente o Brasil tem 24 estados livres de aftosa com vacinação, segundo o MAPA em 2014 possuíamos uma defesa sanitária, com 5.331 médicos veterinários, 8.450 auxiliares técnicos, 6.645 auxiliares administrativos, que operavam em 4.761 escritórios de atendimento e 1.740 unidades veterinárias locais.
- Destacamos Santa Catarina como o único estado brasileiro livre de aftosa sem vacinação e é o 1º produtor de carne suína, representando em 2014 25,4% dos animais abatidos e exportaram 182,2 mil toneladas, 37,1% do total nacional; é o 5º em produção de leite e na **bovinocultura** de corte representam **apenas 1,28%** dos animais abatidos, classificado em 13º.
- O histórico de Santa Catarina aponta que em 1993 foi registrado o último caso de aftosa no estado. Em 1998 recebeu da OIE o status de zona livre com vacinação. Em 2000 o estado iniciou o processo de eliminação da vacinação, em 2007 receberam o certificado internacional da OIE e **somente em 2011** a China abriu seu mercado para a carne suína de Santa Catarina e os Estados Unidos e Japão em 2013. Santa Catarina é também **livre da PSC**.
- Apesar do avanço e status de estado sem vacinação, **os ganhos são insignificantes**. Destaca-se que a China importa pouca carne suína de SC. Antes da abertura desse mercado, a carne suína destinada à China era importada via Hong Kong que funcionava como entreposto comercial, como já dissemos em relatório da SRP anteriormente. **É o mercado global ditando as regras de acordo com as conveniências dos importadores**. O ganho para os produtores de bovinos também é muito pequeno, pois recebem valores próximos dos produtores paranaenses que possui o status de livre de aftosa com vacinação. O estado de SC investe aproximadamente R\$ 240 milhões por ano para tentar controlar as suas 63 barreiras sanitárias, divisa com Argentina, RS e PR.
- As exportações em 2014 de carnes IN NATURA de Santa Catarina representaram 87,6% e do Paraná 78,9%. Desde a abertura do mercado, os chineses pagaram acima da média apenas nos três primeiros anos, mas recuou em até 20% em 2014, ano que as exportações foram apenas de miudezas. Também destacamos que a China, Japão e Estados Unidos absorvem **apenas**



3% das exportações de Santa Catarina e os preços pagos aos produtores catarinenses **é apenas 5% superior** à média nacional.

- Referente ao Comercio Internacional, os bovinos do Brasil respondem por 13% do valor total comercializado de carne IN NATURA e 25% de carne bovina processada. **O Paraná é pouco representativo**, em 2014 tivemos apenas 1,7%, 65.318 toneladas nas exportações de carne in natura e apenas 1,01% das exportações brasileiras de carne bovina processada, equivalente a 36,7 mil dólares. Portanto, mesmo conquistando o Status de estado livre de aftosa sem vacinação, aumentaríamos em apenas 21.294 mil dólares nas exportações anuais paranaenses de carne bovina in natura e de 7,7 mil dólares para a carne bovina processada. **É muito pouco ganho em relação aos custos e riscos do Paraná.**
- Os trabalhos do CEPEA apresentam que a **defesa sanitária no Paraná está fragilizada**. É indispensável que haja o debate sobre a questão, as fronteiras com a Argentina e Paraguai, principalmente, desperta certa preocupação. Ambos os países detêm status de livre da Febre Aftosa com vacinação.
- Como integrante da OMC e comercializando proteína animal com 148 países, o Brasil, assim como os demais membros, está sujeito a um conjunto de acordos internacionais que norteiam as relações comerciais. Em 2014 o Brasil participou de reuniões do Plano Hemisferial de Erradicação da Febre Aftosa, com as Secretarias de Agricultura e Pecuária do Peru e Bolívia e do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul para discussão das questões de interesse comum sobre saúde animal. Atualmente o Decreto 12029 de 01.09.14 dispõe sobre os serviços e atividades de DSAEPR.
- A idéia de que os produtos vindos de uma área livre sem vacinação conferem uma segurança maior **é questionável**. Os casos de febre aftosa no Reino Unido, na Holanda, Irlanda e França em 2001, reforçam esse argumento: o transito de animais não vacinados mostra que o status Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação **não é sinônimo de LIVRE DE RISCO**. Nesses casos, animais infectados que não demonstram os sinais clínicos da doença (infecção subclínica) podem transmiti-la.
- É indispensável pensar o planejamento coordenado a nível internacional sul – hemisférico. As fronteiras com Argentina e Uruguai apresentam riscos à manutenção do status, se os controles implementados forem insuficientes, **há chances de que ocorram novos focos de febre aftosa** originados pela inserção do vírus trazido de outro país.
- Em 2012 o fluxo de entrada de animais no Paraná, registrado pela SEAB-ADAPAR foi de 53.561 bovinos, sendo 78% do MS e MT e saíram 97.373 cabeças, 89% para SP e MS. Temos que levar em consideração que estes números **não são muito confiáveis**, pois, em março de 2015 a Anfisa-PR



relatou que dos 33 PFTAS (postos de controle sanitário) apenas 15 se encontravam em operação e suspeitas sobre origem de notas fiscais.

- A tomada de decisão para suspender a vacinação no Paraná requer estudos profundos. Por esta razão propõe-se **análise de riscos** e motivação para a conquista do novo status e de novos mercados. Passa necessariamente pela avaliação das conseqüências de ordem sanitárias e afetando também a econômica. **Em 2005, com a infeliz e precipitada declaração das autoridades paranaenses** declararem a existência de um possível surto de aftosa, o Paraná amargou prejuízo de milhões de dólares a produtores e a todos os demais segmentos do setor.
- O Ministério da Agricultura decretou o surto de aftosa nos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo – MS nesses municípios foram sacrificados 13.713 bovinos, 59 suínos e 227 pequenos ruminantes. Entre 2005 e 2006 foram sacrificados 34.000 animais e outras 43.564 mil cabeças até julho de 2007. Estima-se que os custos para indenizar os animais sacrificados tenham custado cerca de R\$ 105 milhões, corrigido para os valores da arroba de 2015.
- A simulação para avaliação de riscos apresentado em palestra pela equipa do CEPEA encontrou **divergência de opinião**. Alertamos usando como exemplo o próprio Brasil, que **em 2000 o Rio Grande do Sul parou de vacinar** para requerer o status de estado sem vacinação e **alguns meses depois surgiram 22 casos de aftosa** nos municípios de Jóia, Augusto Pestana, Eugênio de Castro e São Miguel das Missões. Em 2001 apenas 1 ano depois, surgiram outros 30 focos de aftosa no estado, com origem desconhecida, afetando 600 famílias de pecuaristas e tendo que abater 11.086 animais, entre bovinos, suínos, caprinos e ovinos. Portanto 52 casos em 2 anos.
- O estudo mostra também que existe o risco de atividade viral em bovinos proveniente tanto de animais dentro do estado ou trazidos de fora, principalmente do MS e também pelos suínos (transmissão vertical), mesmo com probabilidade baixa.
- O Paraná não é auto-suficiente de carne bovina nem para o seu consumo interno; não permitir a entrada de animais de corte para recria de outros estados, dificultará ainda mais a pecuária paranaense, os pecuaristas paranaenses já sofrem pressão com a entrada de carnes de outros estados e com a exploração agrícola, de cana, mandioca, laranja, reflorestamento e outros.
- Considerando que poderá entrar carne de outros estados para o Paraná, irão se beneficiar do status de estado LASV provavelmente para vender mais caro, assim não será o produtor que estará ganhando, e sim os exportadores de carne e provavelmente o Governo com aumento das receitas pelos impostos.




- Também não levaram em consideração o possível prejuízo genético que o rebanho do Paraná terá não podendo receber livremente de outros estados, com status diferentes, reprodutores e matrizes melhoradores de plantéis. Historicamente o Paraná é pioneiro na importação de animais, sêmen e embriões de Raças Zebuínas da Índia desde 1960, 1962 e de raças européias, britânicas e leiteiras. É exportador desde 1968, também de animais sêmen e embriões a diversos países sul e centro americano, além do pioneirismo na criação dos cruzamentos industriais bem sucedidos do Brasil.
- Entendemos e continuamos a defender que vivendo na era do mundo globalizado, fechar, limitar ou restringir fronteiras comerciais pode não ser o mais indicado. O mercado é soberano. É só ver os exemplos de países que já abriram as portas para o Brasil exportar carnes nos últimos 180 dias. Inclusive países com restrições não só pelo status do Brasil com relação à aftosa, mas também por denúncia de suspeita da vaca louca em 2012 e novamente não comprovado. Os Estados Unidos estão importando animais de corte do México para suprir as suas demandas internas.

Solicitamos considerarem como parte integrante deste os nossos relatórios anteriores Ofício DIR/P 036/2015 protocolado dia 24.04.15 junto à SEAB e ADAPAR e o Ofício DIR/P 044/2015 protocolado dia 27.07.15 no Gabinete do Governador Beto Richa, com cópia à SEAB, ADAPAR e às demais 35 entidades nominadas e parceiras deste pleito.

Reiteramos às autoridades sanitárias paranaenses e ao Governador Beto Richa, que tratem do assunto da PSC - Peste Suína Clássica separada da aftosa, que busquem uma solução em conjunto com o Ministério da Agricultura, incluindo outros estados da federação, pois, entendemos que a decisão seja de segurança sanitária e de interesse comercial nacional. Que levem em consideração os possíveis benefícios, (nós também sonhamos com o STATUS do Paraná LFASV) mas, acima de tudo e principalmente levem em consideração os **RISCOS** iminentes e os altos custos ao Paraná nesta tomada de decisão isolada de parar de vacinar nossos rebanhos, sem a garantia absoluta no controle da doença, das nossas fronteiras e até mesmo dentro do nosso estado.

Cordialmente.



Moacir Norberto Sgarioni
Diretor Presidente



Wanderley Batista da Silva
Diretor Secretário



Londrina e Maringá, 27 de agosto de 2018

Ao Excelentíssimo Senhor
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR
Candidato ao Governo do Paraná

Senhor Candidato,

REF: Considerações de entidades a respeito do Paraná Livre de AFTOSA sem Vacinação, entregue pessoalmente ao Candidato na SRP.

- As Sociedades Rurais do Estado do Paraná e entidades ao final nominadas, acompanham com preocupação os encaminhamentos que visam à liberação antecipada do Paraná como Estado Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, em desconformidade com o Calendário Nacional estabelecido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA).
- As entidades, produtores e indústrias da carne vêm debatendo este assunto desde 2012, com estudos contratados e realizados por Professor da UEL e pela CEPEA/ESALQ-USP e avaliados em reunião conjunta com representantes da SEAB e ADAPAR em 18/11/15.
- Em 24.04.15 a Sociedade Rural do Paraná protocolou o Ofício DIR/P 036/2015 junto à SEAB a/c Secretário Agricultura Dr. Norberto Ortigara e na ADAPAR a/c seu presidente Dr. Inácio Kroetz.
- Em 13/07/15 Protocolamos Ofício DIR/P 044/2015 no Palácio Iguazu para o Governador Beto Richa a/c Deonilson Roldo.
- Em 17.05.16 protocolamos Ofício DIR/P 054/2016 na SEAB com cópia para ADAPAR e ao Governador, cujo relatório constava as informações referente o estudo do Professor Dr. Amaurí Alfieri da UEL e do CEPEA/ESALQ-USP e em 27/10/17 as trinta e sete entidades publica Manifesto do Setor da Bovinocultura à respeito de matérias publicadas pelo Governo.
- Sabemos do empenho e esforços feitos pelo Governo, através do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária (ADAPAR), no sentido de atingir 100% de vacinação do rebanho do nosso Estado.
- Existem no momento tratativas e encaminhamentos da ADAPAR no sentido de antecipar o fim da vacinação e requerer o status de “Estado Livre de Febre Aftosa sem Vacinação”. Movimentação nesse sentido visa suspender a imunização do rebanho estadual já em 2019, quando o Plano Estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA) preconiza o ano de 2021.
- O setor produtivo da Bovinocultura, assim como os demais setores, reconhece o esforço e a importância desse novo status e também vêm fazendo os seus investimentos, contribuindo com a melhoria no uso de novas tecnologias e processos produtivos, visando ao aumento de produtividade e a qualidade de seus produtos, ao mesmo tempo em que gera emprego, renda e contribui de forma ampla com o fortalecimento e crescimento do agronegócio do nosso Estado.



- Os setores aqui representados entendem que o fim da vacinação antes da data considerada segura pelo MAPA traz riscos à sanidade de nossos rebanhos e tão pouco é viável economicamente para o Estado. O Plano do PNEFA estabelece o fim da vacinação em bloco para todo o País, estando o Paraná no quinto bloco, juntamente com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.
- A preocupação dos segmentos que representam a cadeia produtiva de bovinos respalda-se em números e dados significativos, que apontam que os setores produtivos poderão ser profundamente afetados. O primeiro ponto a ser observado, é o isolamento do Estado do Paraná em relação a outras unidades da federação, com o fechamento de nossas fronteiras para animais provenientes de outras regiões, sejam para atividades de melhoramento genético, recria, engorda, abate ou eventos como as exposições agropecuárias, rodeios, leilões e provas eqüestres, entre outros, que ajudam a movimentar a economia de mais de 50 municípios paranaenses, onde acontecem anualmente.
- Argumentos apresentados pela FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná) de que PR, SC, RS estão mais voltados para a avicultura e suinocultura e que por esta razão dever-se-ia retirar a vacinação no PR para beneficiar estas cadeias produtivas, penalizando assim a pecuária de corte, carecem de legitimidade e razoabilidade econômica, porque sob o ponto de vista de política industrial não se deve priorizar uma cadeia produtiva em detrimento de outra, mas sim permitir que as três possam crescer e se desenvolver pelas suas próprias dinâmicas e não por força de intervenções equivocadas, penalizando o emprego e a renda no setor mais vulnerável.
- Cabe ressaltar que Santa Catarina é o único estado da federação que possui, desde 2007, o status “Livre de Febre Aftosa sem Vacinação” e nem por isso teve valorização de preços dentro do mercado internacional. Conforme mostra o quadro abaixo, no ano de 2017, no segmento de suínos, PR e RS obtiveram preço médio superior ao de SC nas exportações, ainda que este Estado tenha exportado mais em função do tamanho do seu rebanho e do seu parque industrial.

Exportações de carne suína de SC, PR e RS - Janeiro-Dezembro/2017

Estado	Toneladas	US\$	Preço Médio/ton.
Paraná	97.708	234.024.558	2.395,14
Santa Catarina	276.847	639.576.609	2.310,21
Rio Grande do Sul	202.453	498.473.163	2.462,16

- Os números sobre a participação relativa das exportações de carne suína de cada estado (PR, SC, RS) em relação a sua produção, em 2016 e 2017, mostram também que o RS tem uma participação superior a SC, mesmo sendo estado com vacinação.

Participação relativa (%) das exportações de carne suína x produção – PR, SC e RS

Estado	2016	2017
Paraná	13,3	13,3



Santa Catarina	30,2	28,3
Rio Grande do Sul	32,3	30,5

- Já no setor avícola, o preço médio das exportações obtido por SC é maior do que do PR e RS, mas o volume do Paraná é bem superior ao de SC, devendo-se considerar que os dois estados têm igualdade no setor industrial avícola.

- **Exportações de carne de aves de SC, PR e RS - Janeiro-Dezembro/2017**

Estado	Toneladas	US\$	Preço Médio/ton.
Paraná	1.564.600	2.500.177.970	1.597,96
Santa Catarina	952.421	1.783.852.341	1.872,96
Rio Grande do Sul	752.605	1.189.408.638	1.580,38

Fonte-Abiec

- Tomando o mercado nacional, os preços médios do suíno pagos a produtores do Paraná e Rio Grande do Sul, nos anos de 2016 e 2017, foram superiores aos de Santa Catarina, conforme pode-se observar no quadro abaixo.

Preços Médios do Suíno dos Estados do PR, SC, RS - 2016/2017

2016		2017	
	MÉDIA R\$		MÉDIA R\$
PR	2,97	PR	3,22
SC	2,91	SC	3,06
RS	3,29	RS	3,36

Fontes: SEAB - DERAL / EMATER-RS / CEPEA-SP

- Ao contrário do que tenta argumentar a FAEP, os dados apresentados acima demonstram **que não é o status “livre sem vacinação” que permite a SC** a obtenção de preços superiores ou, ainda, o alcance de países importadores denominados “mercados Premium”. O Japão é o País que paga mais alto pelo mercado suíno e, entretanto, do montante das exportações de SC, em 2017, **apenas 2,3%** foram destinados àquele País.
- Diante dos dados expostos, reforçamos nossa preocupação quanto aos riscos e impactos que a retirada da vacinação antecipada pode trazer ao nosso estado e apelamos para que os setores ao final nominados sejam ouvidos e atendidos em seu pedido: O Paraná deve sim buscar o status de Estado livre de febre aftosa sem vacinação, desde que em bloco, obedecendo ao calendário do MAPA.
- Ressaltamos o nosso respeito pelo trabalho e ações desenvolvidas para o crescimento do Estado do Paraná, especialmente do agronegócio, e por isso esperamos contar com a sua sensibilidade e atitude para que possamos continuar garantindo a união e harmonia neste setor.



Resumo do Estudo Produzido pela ATHENAGRO sobre o Paraná Sem Vacinação de Aftosa e apoiado pelas entidades ao final nominadas em 20.02.19.

Paraná sem vacinação: benefícios compensam os riscos?

Por **Maurício Palma Nogueira, Engenheiro Agrônomo e Sócio Diretor da Athenagro.**

No último dia 10, a **Athenagro** e as Sociedades Rurais do Estado do Paraná, representada por Londrina e Maringá, e também a Indústria Frigorífica da Bovinocultura entregaram ao governador do Estado o relatório sobre os riscos da antecipação da retirada da vacina no Paraná. A reunião foi realizada **na sede da Sociedade Rural do Paraná, durante a Expo Londrina**, quando o Governador do Estado transferiu o gabinete para o local. Estiverem presentes diversos deputados e secretários do governo.

Tendo em vista o tempo restrito, foram apresentados apenas os pontos mais críticos do levantamento solicitado pelas Sociedades Rurais do Paraná, a Indústria Frigorífica da Bovinocultura e produtores.

Destacamos o risco que o Estado do Paraná corre em manter um cronograma que grande parte das lideranças setoriais do país já está considerando impraticável. A preocupação das lideranças reflete o que está no campo. Apenas cerca de 7% dos técnicos entrevistados em todos os estados de importância pecuária consideram viável retirar a vacina no prazo estipulado. No Paraná, essa porcentagem cai para 2%, mostrando que os profissionais do agro temem o risco de um foco de aftosa no país. Os dados foram coletados em pesquisas conduzidas pelo **Rally da Pecuária** entre os anos de 2017 e 2018, somando 2 mil entrevistas.

Durante a reunião, o Governador do Paraná, Ratinho Jr, deixou claro que decidirá em favor do Estado, com o objetivo de maximizar os ganhos em faturamento, empregos e desenvolvimento social. Disse isso para justificar a ponderação que fará entre os benefícios e os riscos da retirada da vacina.

Os benefícios, em teoria, seriam colhidos pela suinocultura, enquanto os riscos seriam todos da bovinocultura.

A tese do benefício, no entanto, baseia-se na premissa que haja retorno econômico com as exportações de carne suína, caso o estado deixe de vacinar. É com base nessa premissa que alguns estudos foram feitos para defender a viabilidade econômica de retirada da vacinação.

No entanto, trata-se de uma expectativa não confirmada pelo Estado vizinho. Santa Catarina atingiu o status livre de aftosa sem vacinação em 2007. Mesmo sendo o Estado de maior produção e exportações de carne suína no Brasil, apenas 6% do total exportado seguiu para mercados considerados mais restritivos em relação à vacinação, como Estados



Unidos, Japão e Singapura. Interessante que em 2006, antes de atingir o status, 7% do total exportado por Santa Catarina atingiu os mercados restritivos.

A carne suína paranaense também acessou mercados restritivos. Em 2018, o Paraná exportou 18,6 mil toneladas métricas de carne suína para Singapura, equivalente a 17% do total exportado pelo Estado. No mesmo período, Santa Catarina exportou 13,6 mil toneladas para o mesmo mercado, ou 4% do total. O restante exportado por Santa Catarina aos mercados restritivos soma 6,4 mil toneladas em 2018, destinadas ao Japão e Estados Unidos.

Em outras palavras, mesmo sendo responsável por 51,4% de todas as exportações de carne suína em 2018, Santa Catarina enviou 19,9 mil toneladas aos mercados considerados mais restritivos. O Paraná, que respondeu por apenas 16,8% das exportações brasileiras de carne suína, enviou 18,7 mil toneladas nos mercados restritivos. É conclusivo que a diferença do status não representa vantagem competitiva alguma para atender tais mercados. Trata-se, evidentemente, de um diferencial, um selo que pode ser usado nas negociações. Mas as decisões de compra não serão embasadas simplesmente no status com relação à vacinação.

A análise das séries históricas de volume e preços de exportações e mercado interno, tanto para carne suína como para a carne bovina, são mais contundentes ainda. Comparando o desempenho do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, não há sinais de que Santa Catarina esteja ganhando espaço ou benefícios com relação às exportações ou valorização do mercado interno. Todas as observações que possam ser feitas em comportamento dos preços são pontuais e relacionadas à oferta e demanda. É o exemplo do valor da carne bovina com osso no Estado. É valorizada porque não concorre com a carne com osso de outros Estados.

Não há dúvidas que a retirada precipitada das campanhas de vacinação do Paraná represente mais riscos do que benefícios, para ambas as carnes. A expectativa de benefícios não se confirmou em Santa Catarina, nem mesmo nos momentos mais complicados para a suinocultura brasileira.

E o cenário atual é ainda contundente. Nesse momento, com toda a crise da peste suína na China e vizinhos, é esperado um rearranjo em todos os players do mercado global de carne suína. A oportunidade para o Brasil é inquestionável. Será que interessa ao Paraná aumentar os riscos sanitários em um momento tão importante para a consolidação dos mercados? A própria dificuldade em conter o avanço da peste suína em pequenos produtores na China não seria motivo de aprendizado para o Brasil se preparar melhor para implementar adequadamente todas as etapas previstas no Plano Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA)?

O governador foi muito transparente e direto em dizer que vai tomar a melhor decisão para o Estado. Inclusive, algo raro na política, mesmo dentro da casa dos pecuaristas disse que tomaria uma decisão que poderia não agradar o setor. Está certo o governador em defender os interesses do Estado e não de determinados setores. No entanto, ele precisa se certificar de que suas decisões estão embasadas também em informações certas, em

análises que consideram premissas reais de mercado e não apenas expectativas ou suposições.

Hoje está muito claro que uma decisão do Paraná, isolada dos demais Estados, traria muito mais riscos do que supostos benefícios.



Foto: Antônio Sampaio, presidente da Sociedade Rural de Londrina, abrindo a reunião entregando dois estudos sobre a retirada da vacinação contra a febre aftosa no Estado ao Governador Ratinho Jr.



Foto: Maria Iraclezia, presidente da Sociedade Rural de Maringá, introduzindo a apresentação do estudo para o Governador do Estado do Paraná na presença da Athenagro, frigoríficos, lideranças do setor, secretários e deputados do Estado.

Eventos pós Entrega do Relatório 23.04.19

Análise dos benefícios e riscos com a retirada da obrigatoriedade da vacinação contra Aftosa no Paraná

- Depois da entrega do relatório, enviado no início de fevereiro, surgiram novas variáveis que merecem constar como destaque em relação ao assunto.



- **O Bloco 5**, que seria acompanhado pelo Paraná, decidiu adiar a execução do cronograma, postergando a retirada da vacinação. Essa situação aumenta ainda mais o risco do estado do Paraná, que iniciaria isoladamente o processo, aumento ainda mais o impacto aos produtores e indústrias que dependem de animais oriundos de outros estados, no caso da bovinocultura.
- O presidente da Câmara Setorial, Sebastião Guedes, afirmou em entrevista que o cronograma e as diretrizes do PNEFA precisam ser rediscutidos. A entrevista ocorreu depois de uma reunião na Câmara, realizada no dia 11.04.19.
- Segundo ele, **é preciso estabelecer novos prazos para o cumprimento do programa**, que sejam “mais factíveis” com a realidade atual dos cinco blocos da Federação envolvidos nesse plano de metas. “Nove entidades privadas participantes da reunião de quinta feira concordaram que precisamos rediscutir alguns pontos do cronograma estabelecido pelo programa e também a geografia de onde se iniciará a retirada da vacinação”, ilustra Guedes. (Portal DBO).
- Em ofício redigido no dia 17.04.19, a Câmara Setorial se posicionou junto ao MAPA, recomendando uma reavaliação no cronograma de implantação do PNEFA.
- No dia 10 de abril, durante a Expo Londrina, foi realizada a reunião de entrega do **presente relatório ao governador do Estado**, acompanhado de secretários de governo e deputados estaduais.
- O governador Ratinho Jr fechou a reunião ponderando que sua decisão atenderia o que for melhor para o estado. Em tese, a suinocultura obteria vantagens com o fim da vacinação, enquanto os riscos seriam concentrados na bovinocultura.
- A tese do benefício baseia-se na premissa que haja aumento nos ganhos com as exportações de carne suína, caso o estado deixe de vacinar. É com base nessa premissa que alguns estudos foram feitos para defender a viabilidade econômica de retirada da vacinação. No entanto, trata-se de uma expectativa não confirmada pelo Estado vizinho.
- Santa Catarina atingiu o status livre de aftosa sem vacinação em 2007. Mesmo sendo o Estado de maior produção e exportações de carne suína no Brasil, **apenas 6% do total exportado** seguiu para mercados considerados mais restritivos em relação à vacinação, como Estados Unidos, Japão e Singapura. Interessante que em 2006, antes de atingir o status, 7% do total exportado por Santa Catarina atingiu os mercados restritivos.
- A carne suína paranaense também acessou mercados restritivos. Em 2018, o Paraná exportou 18,6 mil toneladas métricas de carne suína para Singapura, equivalente a 17% do total exportado pelo Estado. No mesmo período, Santa Catarina exportou 13,6 mil toneladas para o mesmo mercado, ou 4% do total. O restante exportado por Santa Catarina aos mercados restritivos soma 6,4 mil toneladas em 2018, destinadas ao Japão e Estados Unidos.

Reunião com o governador do Paraná

- Apesar de ser responsável por 51,4% de todas as exportações de carne suína em 2018, Santa Catarina enviou 19,9 mil toneladas aos mercados considerados mais restritivos. O Paraná, que respondeu por apenas 16,8% das exportações brasileiras de carne suína, enviou 18,7 mil toneladas nos mercados restritivos. É conclusivo que a diferença do status não representa vantagem competitiva alguma para atender tais mercados. Trata-se, evidentemente, de um diferencial, um selo que pode ser usado nas negociações. Mas as decisões de compra por parte dos importadores não serão embasadas simplesmente no status com relação à vacinação.
- A análise das séries históricas de volume e preços de exportações e mercado interno, tanto para carne suína como para a carne bovina, são mais contundentes ainda. Comparando o



desempenho do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, não há sinais de que Santa Catarina esteja ganhando espaço ou benefícios com relação às exportações ou valorização do mercado interno. Todas as observações que possam ser feitas em comportamento dos preços são pontuais e relacionadas à oferta e demanda. É o exemplo do valor da carne bovina com osso no Estado. É valorizada porque não concorre com a carne com osso de outros Estados.

- A retirada precipitada das campanhas de vacinação do Paraná representa mais riscos do que benefícios, para ambas as carnes. O risco potencial é ainda maior, dado o momento atual da suinocultura que pode conquistar amplos espaços em meio à crise da peste suína clássica, que atinge a China.
- O PNEFA é muito bem elaborado, mas as ações propostas para cada etapa não serão executadas dentro do cronograma previsto **apenas 6,9% acreditam que o Brasil esteja preparado para retirar a vacinação, 20% discordam de retirar a vacinação** a qualquer momento. **Os demais pedem mais prazo** para que a pecuária se prepare ou que os órgãos responsáveis informem melhor sobre as condições de circulação do campo, os critérios adotados e o programa em si.
- No Paraná, onde se discute a antecipação da retirada da vacinação, a porcentagem de técnicos que avaliam que o estado já esteja preparado cai para **apenas 2% dos entrevistados**.
- O maior risco apontado pelos técnicos é a volta do vírus. **Nove grupos de espécies da fauna brasileira, presentes em todo o território, são suscetíveis e classificadas como de importância epidemiológica para febre aftosa**. Constam nessa lista as capivaras, javalis, cervos, antas, gambás, tatus-galinha e todas as espécies de porcos do mato.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

- Estudando as correlações de preços entre os estados de carne suína e bovina de Santa Catarina (livre sem vacinação desde 2007), Paraná, Rio Grande do Sul e Brasil, não se identifica **nenhum movimento de valorização nos preços que pudesse ser atribuído ao status sanitário**. O Japão, recentemente, aceitou importar carne do Uruguai, cujo status é o mesmo do Brasil: livre com vacinação. O Brasil não acessa mercados de carnes mais valorizadas pelo tipo de rebanho que é produzido aqui, e não pelo status.
- Além dos custos com implementação do PNEFA, o Brasil terá que considerar riscos e custos não previstos inicialmente para administrar as estratégias dos demais parceiros do MERCOSUL. **Paraguai, Uruguai e Argentina já anunciaram que não suspenderão a vacinação**.
- Ainda com relação às fronteiras, é preciso considerar que o Paraná recebe bezerros e garrotes de diversos outros estados, comportamento que é refletido na valorização da arroba do bezerro em relação à arroba do boi gordo. Com o estado fechado para a entrada de bezerros de outras regiões, os preços dos animais de reposição irão aumentar, **eliminando os produtores com menores condições financeiras de garantir um acréscimo no fluxo de caixa**. Num segundo momento, quando as fronteiras forem abertas novamente, será a vez dos que conseguiram comprar animais mais caro entrarem em crise. No momento da venda, é provável que o valor da arroba não remunere o custo do estoque comprado na época de fronteiras fechadas.
- O estado do Paraná também perderia geneticamente. Com o fechamento das fronteiras do estado, **grande parte do fluxo de animais melhoradores seriam dificultadas, atrasando os programas de melhoramento do estado**.



- Estima-se que o descarte de carne por abscessos vacinais chegue a 0,7%, ou cerca de 2 kg, por carcaça, gerando prejuízo às indústrias e aos produtores. As perdas resultantes da piora na qualidade sanitária do rebanho, por outro lado, serão evidentes embora sejam desconhecidas. **Quanto os animais deixarão de ganhar, ou irão registrar piora no couro, por negligência nos controles de endoe ectoparasitos nos animais a campo?**
- **A mudança da dose da vacina tende a reduzir a ocorrência dos abscessos**, o que demanda uma nova avaliação dessa problemática.
- **O Paraná pode assumir um risco desnecessário, transformando-se no exemplo de que o cronograma deve ser revisto.** Esse exemplo para o restante do Brasil, que já estuda o adiamento do cronograma, custaria muito tanto à bovinocultura, quanto à suinocultura. Prejuízos geram desemprego, desinvestimento e redução da atratividade, que certamente, irá impactar a produção de grãos e todos os demais elos da cadeia produtiva.
- **Em outro estudo, a Athenagro estima que cada R\$1 de faturamento com o abate de bovinos, movimenta outros R\$6 nos demais elos da cadeia produtiva.**
- Por fim, **o plano estratégico do PNEFA supera a atual capacidade de implementação do setor**; ajustá-lo depende apenas da revisão do cronograma e da rigorosa implementação de todas as fases descritas no plano.

Londrina, 24 de abril de 2019

Moacir Norberto Sgarioni
Presidente da SRP 01/08/12 a 30/07/16
Atual Diretor Administrativo e Financeiro

Afranio Eduardo Rossi Brandão
Presidente da SRP 01/08/16 a 30/07/18
Atual Presidente do Conselho Superior

Antonio de Oliveira Sampaio
Diretor Presidente da SRP



Relação das entidades parceiras nas pesquisas e debates contra o modelo do Paraná parar de vacinar contra febre aftosa isoladamente.

Londrina, 14/07/15, 27/08/18 e 20/04/19

1. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC
2. Associação Brasileira de Criadores de Gado Gersey - ABGG
3. Associação Brasileira de Criadores de Limousin
4. Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO
5. Associação Brasileira dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil
6. Associação Brasileira dos Criadores de Angus
7. Associação Brasileira dos Criadores de Charoles – ABCC
8. Associação Brasileira dos Criadores de Zebú - ABCZ
9. Associação de Confinadores – ASSOCON
10. Associação dos Criadores de Nelore do Brasil – ACNB
11. Associação dos Neloristas do Paraná – ANEL
12. Associação Norte Paranaense de Produtores de Leite
13. Cooperativa Agroindustrial Aliança de Carnes Nobres – Coper Aliança
14. Cooperativa Agroindustrial de Londrina - Cativa
15. Cooperativa de Carnes Maria Macia
16. Cooperativa de Produtores de Carnes – COPCARNES
17. Frigorifico ASTRA
18. Núcleo de Criadores de Gado de Leite de Maringá
19. Núcleo dos Criadores de Charoles de Londrina
20. Núcleo dos Criadores de Nelore de Maringá
21. Ovinomar – Núcleo de Criadores de Ovinos de Maringá e Região
22. Ovinopar – Núcleo Paranaense de Criadores de Ovinos - Londrina
23. Sindicato dos Produtores de Carne – SINDICARNE
24. Sociedade Rural Brasileira
25. Sociedade Rural de Apucarana
26. Sociedade Rural de Astorga
27. Sociedade Rural de Cornélio Procópio
28. Sociedade Rural de Ibaiti
29. Sociedade Rural de Mandaguari
30. Sociedade Rural de Maringá - SRM
31. Sociedade Rural de Palotina
32. Sociedade Rural de Paranavaí
33. Sociedade Rural de Ponta Grossa
34. Sociedade Rural de Santo Antonio da Platina
35. Sociedade Rural de Sarandi
36. Sociedade Rural de Umuarama
37. Sociedade Rural do Noroeste do Paraná
38. Sociedade Rural do Paraná – SRP
39. Sociedade Rural do Vale do Ivaí